

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

REUNIÃO COM A CGRH TRATA DE PONTOS DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS

Em reunião técnica realizada entre a equipe de atribuição de aulas da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos (CGRH) e membros da APEOESP, no dia 3/12, foram tratados assuntos relativos ao processo de atribuição de classes e aulas de 2015.

I. Atribuição de aulas

a) Período

A APEOESP vem solicitando da SEE que realize a atribuição de aulas no final de janeiro, para que prejudique o mínimo possível as férias dos professores. As informações que circulam são de que a atribuição poderia iniciar-se no dia 19 de janeiro. Diante das solicitações da APEOESP, a equipe da CGRH informou que essa data ainda não está "fechada" e que estuda a possibilidade de alteração.

É muito importante uma grande presença no ato do dia 05 de dezembro, às 14 horas, na Praça da República, em frente à Secretaria da Educação para que possamos de fato conquistar a mudança de datas da atribuição, que a cada ano fica mais antecipada.

b) Professores da categoria O e fim da duzentena

A APEOESP, uma vez mais, reivindicou o fim da duzentena e que todos os professores da categoria O possam participar do processo inicial de atribuição de aulas. A CGRH voltou a afirmar que a SEE enviou projeto neste sentido aos escalões superiores do governo, mas que tal projeto foi barrado pela Procuradoria Geral do Estado.

A APEOESP impetrará ação civil pública para derrubar a duzentena, no sentido de garantir o emprego dos professores, a continuidade do processo pedagógico e o direito dos alunos a terem professores disponíveis para todas as aulas, de todas as disciplinas. Para tanto, está em contato com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), com a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) e com entidades de pais para que esta ação seja conjunta.

c) Quem precisa cumprir a duzentena?

A CGRH informou que, sob as regras atuais (Lei Complementar 1093/09), a depender do

momento em que o professor firmou seu contrato de trabalho e do fato de ter ou não cumprido o período de quarentena, nem todos os professores que encerram seus contratos em 2014 estarão impedidos de participar da atribuição de aulas. De acordo com a CGRH, “cada caso é um caso”, ou seja, o sistema verificará a situação de cada professor da categoria O e assinalará, ao lado de seu nome na lista de classificação, se deve cumprir duzentena ou quarentena.

A APEOESP, no sentido de esclarecer e orientar os professores, está abrindo um espaço no portal da entidade (www.apeoesp.org.br) para que cada professor da categoria O informe seus dados (como data do início do contrato, se utilizou ou não a quarentena etc), para que possamos informar a cada um de que forma participará da atribuição de aulas de 2015.

Assim, voltamos a afirmar: nem todos os professores que encerram seus contratos em 2014 estarão impedidos de participar da atribuição de aulas.

d) Atribuição centralizada para professores da categoria O

A CGRH confirmou que a atribuição dos professores da categoria O será centralizada nas Diretorias de Ensino e que a classificação combinará o tempo de serviço com a nota da prova.

e) Disponibilização de aulas dos projetos na atribuição inicial

A APEOESP insistiu para que a SEE disponibilize todas as aulas, incluindo os projetos, na atribuição inicial.

A CGRH informa que alguns projetos, entre eles aulas no sistema prisional, Fundação Casa e EJA já têm suas aulas disponibilizadas na atribuição inicial. Em outros, segundo a SEE, não podem ser atribuídas no processo inicial, por força de suas resoluções específicas.

Ao mesmo tempo, ressalta, diante de reivindicação da APEOESP, que a Resolução de atribuição de aulas garante ao professor o direito de declinar de aulas regulares para ingressar em projeto de seu interesse após o processo inicial de atribuição de aulas.

f) Direito de escolha do professor

A APEOESP insistiu que seja assegurado aos

professores o direito de escolha e que a atribuição não seja imposta por diretores de escolas, como ocorre em algumas unidades.

Foi informado que a APEOESP, a exemplo deste ano de 2014, recorre à Justiça para que este direito seja assegurado.

g) Alterações na Resolução SE 75/2013

Diante de questionamento da APEOESP, a CGRH informou que a Resolução SE 75/2013 praticamente não sofrerá alterações, a não ser adequações em relação à atribuição de aulas para professores de Língua Espanhola, que já poderão escolher aulas nos Centros de Línguas para compor ou ampliar jornada de trabalho e em relação aos professores que estão afastados, aguardando o deferimento da aposentadoria, que não necessitam participar da atribuição e receberão pela carga horária média que possuíam no momento do afastamento.

h) Habilitações e área de atuação

Frente a informações de que a lista de classificação apresenta erros no rol de habilitações de alguns professores (como professores de História inseridos em uma área de atuação muito ampla, que incluiria até mesmo disciplinas como Física), a equipe negou que isto ocorra, na medida em que, segundo a SEE, os professores só podem ministrar aulas nas disciplinas em que possuam habilitação. Informou ainda que resolução do Conselho Estadual de Educação organiza disciplinas em áreas diferentes. No caso, as disciplinas citadas em nosso exemplo encontram-se em áreas totalmente diferentes.

Foi dito ainda que, mesmo no caso em que o professor possua duas licenciaturas, só será classificado para ambas se manifestar explicitamente este interesse.

O Sindicato solicita que todos os professores que se enquadrem na situação aqui relatada informem pelo e-mail presiden@apeoesp.org.br para que possamos levar o caso ao conhecimento da SEE.

i) Casos especiais

A APEOESP levou à equipe da CGRH reivindicação de professores da escola EE Chácara das

Corujas (Zona Sul), unidade que faz parte do chamado “padrão Nakamura” (escola de lata) e que, por problemas de estrutura, teve que suspender as aulas. Alunos e professores foram transferidos para outras unidades, nem todas próximas. Assim, os professores da categoria F reivindicam o direito de declinar da atribuição, para escolherem em nível de D.E., pois não conseguem acumular com a Prefeitura.

A CGRH assegurou que esse e outros casos especiais, nos quais a transferência dos professores ocorreu por motivos alheios à sua vontade e, sobretudo, que envolvem acumulação de cargos, terão um olhar específico por parte da equipe, sendo que a orientação é que seja facilitada a acumulação.

II. Fechamento de classes e salas

O Sindicato questionou firmemente o fechamento de classes e mesmo de escolas que tem ocorrido em diversas regiões do Estado, causando desemprego de professores e deixando estudantes sem estudar. A APEOESP denunciou também que há casos em que dirigentes e diretores recusam-se a abrir lista de interesse por vagas, mascarando assim a demanda existente na região.

A equipe da CGRH afirmou que não há orientação neste sentido e que os casos concretos devem continuar a ser informados. Por outro lado, o Sindicato propôs que nos casos em que a demanda for decrescente, que haja readequação do número de alunos por sala de aula (uma das reivindicações centrais da APEOESP e dos professores), pois há muitos casos em que se fecham salas de aula, enquanto outras permanecem superlotadas.

Assim, é importante que continuem a ser informados todos os casos de fechamento de escolas e classes para presiden@apeoesp.org.br.

III. Corte de verbas

Frente a questionamento da APEOESP, a CGRH informou que a falta de recursos nas unidades escolares no final de ano se deve ao controle orçamentário que, segundo ela, é normal em final de gestão. Foi dito que foram suspensas as “atas de registro de preços” porque a administração imaginara que todos os itens já teriam sido comprados pelas escolas.

A APEOESP insistiu que tem havido cortes em

itens básicos, que comprometem o funcionamento das unidades, ao que foi respondido que em alguns casos as Diretorias de Ensino teriam verbas para cobrir esses gastos e que, em outros casos, o sistema vem sendo reaberto apenas mediante solicitação das escolas às diretorias de ensino.

A APEOESP vai permanecer vigilante e cobrará do governo que disponibilize todas as verbas necessárias às escolas, pois não há nenhuma justificativa, administrativa ou financeira, para que faltem quaisquer itens nas escolas estaduais.

IV. Chamada dos aprovados no concurso de PEB II

O Sindicato voltou a cobrar que seja realizada uma nova chamada de professoras e professores aprovados no concurso de PEB II, ainda para a atribuição de aulas (pois temos posição contrária ao ingresso durante o ano letivo, pois causa desemprego de professores que já estão ministrando aulas e tumultua o processo pedagógico). A CGRH alegou uma série de dificuldades para a realização desta chamada imediatamente

A APEOESP continua lutando para que todos os professores aprovados no concurso sejam chamados.

V. Jornada do piso

A APEOESP vem cobrando insistentemente do Estado que aplique a jornada do piso. Recentemente a SEE alegou o momento de final de mandato e sugeriu que esta discussão aconteça num processo de debates sobre o que chamam de “nova educação”. A APEOESP, sem descartar a necessidade de que sejam feitos os debates educacionais, vem reafirmando a necessidade da jornada do piso para a situação atual, tendo em vista, inclusive, os novos dispositivos de progressão e promoção na carreira.

Tem lembrado, ainda, que há ação judicial do Sindicato no Supremo Tribunal Federal. Caso sejamos vencedores, o que acreditamos que ocorrerá, a SEE terá que aplicar a jornada do piso de uma única vez.

VI. Prova de mérito

A CGRH informou que os resultados da prova de mérito deverão ser divulgados na próxima semana.